

# Logística humanitária e operações das tropas brasileiras no Haiti

## Uma análise sobre a projeção do Brasil no cenário internacional

*Leonardo de Andrade Alves\**

### Introdução

O Brasil, de 2004 a 2017, integrou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Com um efetivo de militares e civis, contribuiu sobremaneira para esta ação humanitária, quer seja por meio de atuações específicas de imposição da paz, quer seja por meio de assistência humanitária. O efetivo do componente militar foi composto de países da América do Sul, América Central, África, América do Norte, Europa e Ásia, caracterizando-se como uma força multinacional (UNITED NATIONS, 2004).

Segundo Cavalieri (2011), a MINUSTAH teve sua origem com a resolução 1542 do Conselho de Segurança, de 30 de abril de 2004, e o mandato estava baseado no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, tratado de fundação, que autorizava o uso da força, prevendo o estabelecimento de um ambiente seguro e estável, um processo político democrático e respeito aos direitos humanos. Ademais, a missão teve como principal objetivo prestar a assistência humanitária em áreas afetadas por conflitos internos, provendo

segurança e alimentação aos necessitados. Para Da Cruz (2010), a coordenação civil-militar (CIMIC, da sigla inglesa *civil-military co-operation*) maximiza a utilização dos meios militares e de ajuda humanitária, aumenta a segurança das tropas e facilita a transferência da responsabilidade às autoridades civis. Desta forma, a CIMIC pode ser considerada uma ferramenta de grande relevância para as atividades de assistência humanitária.

A CIMIC proporciona a execução de uma das principais atividades previstas no apoio à assistência humanitária, que é a logística humanitária. O êxito deste tipo de ação tem reflexos diretos e indiretos para a consecução dos objetivos da missão previstos em seu mandato de implantação.

A relação entre a logística humanitária e as operações de paz da MINUSTAH é abordada neste artigo de modo a levantar subsídios que asseverem a importância desta relação à projeção internacional do Brasil, o que contribui para se levantar a importância da participação brasileira. O presente artigo tem por finalidade analisar os aspectos concernentes à logística humanitária em operações das tropas brasileiras no Haiti, sob a égide

---

\* Maj Art (AMAN/00 e EsAO/07). Participou da MINUSTAH. Atualmente, é aluno da ECEME e mestrando do programa de pós-graduação *stricto sensu*.

da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionando-a com as atividades de CIMIC e com as contribuições para a projeção do Brasil no cenário internacional.

Com o incremento das operações de paz da ONU, em especial as atuações de civis e militares em CIMIC, ressalta-se a relevância da sinergia entre estas atividades e a logística humanitária, visto que ambos possuem objetivos em comum e têm despertado o interesse da sociedade acadêmica para realizar pesquisas a fim de se ratificar a importância do sucesso destas atividades para a projeção do Brasil no cenário internacional, corroborando com um dos propósitos da Política Nacional de Defesa (PND), conforme descrito a seguir.

Esta Política pressupõe que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento, fornecendo-lhe o indispensável escudo. A intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais associam-se ao modelo de defesa proposto nos termos expostos a seguir. (BRASIL, 2012, p 11)

Ademais, a projeção internacional da MINUSTAH ratifica o sucesso da participação brasileira na missão, haja vista que o componente militar foi comandado pelo Brasil e que a maior parte do efetivo foi de militares brasileiros, o que projetou a atuação do Brasil junto à ONU, atendendo aos preceitos legais previstos na Política Nacional de Defesa, aprovada em 2012, citado acima.

## **Desenvolvimento**

Esta seção é dividida em subseções que permitem apresentar os fundamentos conceituais necessários ao cumprimento dos ob-

jetivos que são propostos no artigo em tela, relacionados à logística humanitária, às ações de CIMIC e à MINUSTAH.

### ***A relação das ações integradas de logística humanitária com as missões de paz no Haiti***

Para Idris e Soh (2014), as operações de logística têm que ser projetada de tal forma que a distribuição e a alocação de recursos atinjam todas as vítimas na área do desastre no tempo oportuno, apesar das enormes limitações enfrentadas no ambiente operacional. Segue-se então que as funções de logística devem não somente planejar, organizar e controlar, mas também conduzir, de acordo com os avanços tecnológicos, a gestão de estoques, transporte e informação.

As limitações do ambiente operacional estão relacionadas às condições geográficas e à segurança da região bem como as condições de apoio logístico. Neste momento, nota-se a necessidade do suporte do componente militar, que, com seus meios, facilita o cumprimento das ações humanitárias, com pessoal e material necessários.

Segundo Heaslip, Sharif e Althonayan (2012), a prestação de auxílio por forças militares não é um fenômeno novo. Desde as Guerras Napoleônicas, passando pela I e II Guerras Mundiais, pelo transporte aéreo em Berlim (1948-1949) e até os dias atuais, incluindo o Congo, Bangladesh, Etiópia, Sudão, Iraque, a antiga Iugoslávia, Ruanda e Moçambique, utilizam-se os meios militares para assistências humanitárias.

A fim de atender às assistências humanitárias, com o emprego de uma logística específica para conduzir todos os processos

envolvidos na mobilização de recursos, de materiais e de pessoas, no suporte às comunidades, áreas ou aos países afetados por situações emergenciais, como catástrofes naturais, conflitos internos, guerras ou atentados terroristas, surge a logística humanitária. A logística humanitária está diretamente ligada ao apoio prestado às assistências humanitárias que podem ocorrer internamente ou externamente a um determinado país.

De acordo com o seu mandato, regulamentado por meio da Resolução do Conselho de Segurança da ONU Nr 1608, de 2005, a MINUSTAH foi originalmente implantada com a finalidade de ajudar o governo de transição com um ambiente seguro e estável; auxiliar no monitoramento, na reestruturação e na reforma da Polícia Nacional Haitiana (PNH); prestar assistência por meio de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração; ajudar na restauração e manutenção do Estado de direito, da segurança pública e da ordem pública; proteger os serviços, as instalações e os equipamentos da ONU; proteger os civis que estavam em risco iminente de violência física; apoiar o processo político e constitucional; ajudar na tarefa de organizar, supervisionar e realizar eleições municipais, parlamentares e presidenciais; apoiar o governo de transição e as instituições e organizações haitianas em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos; e monitorar a situação dos direitos humanos no país. No entanto, ao longo dos anos, as missões foram adaptadas, em consequência das mudanças socioeconômicas no país.

Após o devastador terremoto que atingiu o Haiti, em 12 de janeiro de 2010, o Con-

selho de Segurança incrementou as tarefas de recuperação e reconstrução e incumbiu a MINUSTAH para que continuasse a cumprir o mandato da missão, colaborando com o gabinete para a coordenação de assuntos humanitários, além do fornecimento do apoio técnico e logístico a fim de ajudar o governo do Haiti.

Diante do exposto, cabe destacar a estreita relação da logística humanitária com as missões de paz, à medida que a assistência humanitária, elencada no mandato da MINUSTAH, estava diretamente ligada a esta logística específica, visto que aquela está inserida no apoio prestado a estas atividades que ocorrem no Haiti, com o uso das forças de manutenção de paz.

### ***A participação dos atores governamentais e não governamentais da logística humanitária no Haiti***

A logística humanitária possui atores estatais, supranacionais e não governamentais que estão envolvidos diretamente no apoio à assistência humanitária. Estes atores variam de acordo com o tipo da missão, do apoio a ser prestado, das entidades envolvidas e de outros fatores específicos de uma determinada nação.

Os atores estatais estão representados pelos países e/ou entidades oficiais envolvidos na assistência humanitária, ao passo que os atores supranacionais podem ser considerados como os organismos internacionais e suas agências que apoiam uma determinada missão, como a ONU e a União Africana, por exemplo. As organizações não governamentais (ONG), comuns em ambientes de conflitos, são elo de suma importância para a assis-

tência humanitária, pois apresentam serviços especializados para diversos apoios emergenciais, tais como os médicos sem fronteiras e a OXFAM, especialista em alimentos, entre outras.

Segundo Heaslip, Sharif e Althonayan (2012), as agências de ajuda humanitária, dentro da literatura sobre desastres, são frequentemente criticadas pela falta de colaboração e coordenação. O envolvimento de seus integrantes com a atividade das agências é vital, pois eles sobressaem em relação aos problemas de desconhecimento da origem dos recursos disponíveis e da imprevisibilidade dos fornecedores, o que, muitas vezes, resulta em duplicação de esforços e materiais, refletindo a importância da coordenação das ações para que se obtenha o resultado esperado, corroborado pela assertiva a seguir.

A estrutura de coordenação molda a operação, incluindo a coordenação entre atores, tarefas a serem executadas e as regras de qualquer ajuda humanitária. O Governo e outras organizações supranacionais são também vitais para a logística humanitária, mas as estruturas de coordenação variam de uma operação para outra, dependendo da situação, da missão e das políticas dos países de acolhimento e doadores. Existem amplas possibilidades: liderança do país anfitrião, liderança da ONU e aliança ou coligação. Estes não são alternativas mutuamente exclusivas e podem ser misturados durante uma operação, de acordo com Heaslip, Sharif e Althonayan (2012).

Martins Júnior (2008) afirma que a MINUSTAH, por ser integrada, abrangia também, em seu mandato, o controle sobre as agências, fundos e programas civis da

ONU no país, como é o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), World Food Program (WFP) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outros, aumentando a complexidade da coordenação. Trabalhavam, ainda, no terreno outras organizações internacionais, como a Cruz Vermelha, Organização dos Estados Americanos (OEA), Comunidade do Caribe (CARICOM), além de inúmeras organizações governamentais internacionais, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e não governamentais, como a Viva Rio, além dos órgãos do governo haitiano.

Deste modo, a atuação destes atores ratifica a importância da MINUSTAH para que, com o sincronismo adequado entre civis e militares, pudesse cumprir o seu mandato em prol do apoio humanitário ao povo haitiano, destacando-se, neste capítulo, a necessidade de coordenação adequada entre os órgãos governamentais e não governamentais.

### ***A integração entre as ações de CIMIC e as atividades de apoio à logística humanitária no âmbito da MINUSTAH***

Conforme Netto (2013), desde seu início, a MINUSTAH foi criada para ser uma missão multidimensional e integrada. Ela é multidimensional, por preocupar-se em abranger assuntos civis, políticos, militares, direitos humanos, ajuda humanitária, entre outros. E é integrada, por possuir militares e civis de vários países. Desta forma, a MINUS-

TAH criou unidades e atividades específicas para atender a todas as demandas dos mais variados setores.

O termo Cooperação Civil militar sugere a perfeita divisão de trabalho entre os trabalhadores humanitários civis e as forças militares internacionais. (HEASLIP; SHARIF; ALTHONAYAN, 2012, p.377, tradução nossa)

Essa assertiva reforça a divisão de esforços, mas com a cooperação entre ambos.

A CIMIC, essencialmente, lida com dois aspectos de apoio militar aos civis, ou seja: a prestação de segurança — por exemplo, uma escolta militar para um comboio humanitário — e o fornecimento dos meios militares, incluindo habilidades, conhecimentos e recursos humanos, por exemplo, bem como equipamentos, caminhões ou helicópteros, médicos e especialistas em engenharia, segundo Heaslip (2011).

De acordo com Silva (2011), o Haiti contava com inúmeras organizações que tinham como objetivo apoiar a população e o governo, para auxiliar no retorno à estabilidade. Em virtude disso, o contingente militar tinha de coordenar as suas ações com as atividades de diversas organizações, para fortalecer a imagem da tropa e, com isso, facilitar o cumprimento de sua própria missão.

Para Netto (2013), a política da ONU para a CIMIC abrangia a coordenação da capacidade das forças militares e dos policiais civis em tarefas não relacionadas com a segurança nas seguintes situações: a coordenação no âmbito de uma missão de paz, que incluía componentes humanitários e/ou de desenvolvimento; a coordenação entre a missão

de manutenção da paz e da United Nations Country Team, quando esta estava fora da estrutura da missão de paz; e a coordenação entre a missão de manutenção da paz e outras organizações internacionais, como ONG, bem como outros agentes externos, tais como as autoridades locais, as populações locais e militares que não participavam do contingente das Nações Unidas.

É imperioso destacar a relação das atividades de CIMIC com a logística humanitária conduzida pela ONU ou por organizações não governamentais, conforme apresentado pelos textos acima, que contam com o apoio do componente militar como ferramenta de apoio, e que são exemplificados conforme abaixo.

As atividades de CIMIC, entre outras, conduzidas pela MINUSTAH, de acordo com Netto (2013), foram as seguintes:

- Os projetos de impacto rápido (QIP, da sigla inglesa *quick impact project*), que, conforme o manual de CIMIC do Instituto de Treinamento de Operações de Paz da ONU (2008), eram projetos financiados pelo orçamento de manutenção da paz e destinados a fornecer, em curto prazo, o desembolso de um valor flexível, para apoiar localmente projetos nas áreas de saúde, educação, infraestrutura pública e serviços sociais. Estes serviços eram projetados para promover e facilitar o esforço de apoio à paz da ONU no país.
- As ações cívico-sociais (ACISO), que, de acordo com a Nota de Instrução do Preparo do Contingente Brasileiro para a MINUSTAH (2011), em

uma operação de manutenção da paz, eram atividades com empenho de recursos humanos e materiais do componente militar, destinadas a estimular a população civil contra a força adversa e fornecer o consequente apoio às operações das forças de manutenção da paz.

- A assistência às crianças carentes haitianas, que era uma atividade que privilegiava a vertente humanitária do trabalho de CIMIC do contingente militar, sem deixar de observar o componente de segurança e desenvolvimento.

Além das atividades, citadas acima, cabe destacar as seguintes atividades, que estavam diretamente ligadas à logística humanitária: a distribuição de água, alimentos, roupas, colchões e camas, após o terremoto, o transporte, o apoio de equipamentos ou pessoal especializados, a escolta de comboios humanitários, a segurança de instalações e a distribuição de ajuda humanitária, o que é ratificado por Dias (2010).

Segundo Romão (2011), semanalmente, as companhias do BRABAT 1 realizavam atividades de CIMIC nos *IDP (internally displaced people) camps*, situados na área de responsabilidade operacional da unidade, variando desde segurança ostensiva a distribuições de alimentos e *kits* não alimentares, bem como atendimento médico e odontológico, atividades esportivas e de recreação para adultos, jovens e crianças. Foi realizada a doação de cerca de 7.000 cestas básicas de alimentos e de 2.000 barracas, destinadas diretamente à população que havia perdido sua residência

no terremoto. Tais barracas, além de servirem de refúgio para a população, foram empregadas, também, para estabelecer centros de tratamento de cólera e hidratação.

Além destas ações, de acordo com Romão (2011), houve a distribuição de alimentos e remédios, oriundos do Governo brasileiro, que foi viabilizada com apoio da logística da tropa brasileira, bem como o apoio de segurança e de escolta para as seguintes atividades: cadastro de famílias; distribuição de alimentos; distribuição de barracas, *kits* humanitários, sacos de dormir, camas, sabão e produtos de desinfecção contra a cólera etc.

Destarte, conclui-se que as ações de CIMIC tiveram extrema relevância na condução das operações de apoio à logística humanitária, exemplificado no Haiti, por meio de experiências de antigos integrantes dos contingentes brasileiros, ao longo dos anos de missão de paz, que contribuíram sobremaneira para o suporte humanitário naquela nação.

### ***As contribuições das operações de apoio à logística humanitária na MINUSTAH à projeção da Missão no ambiente internacional***

Conforme Uziel (2010), com a criação das Nações Unidas, o Brasil, reforçou seu posicionamento em favor da implantação de um sistema de segurança coletivo, que não representasse o domínio dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Vale destacar que o Brasil sempre esteve consciente de que seria preferível um mecanismo de segurança coletivo imperfeito a nenhum mecanismo. Uziel (2010) afirma também que as missões de paz poderiam significar uma oportunidade para fortalecer as Nações Unidas e

divulgar, com a atuação brasileira, as percepções nacionais sobre a realidade internacional.

Em linha com este pensamento, a PND, atualizada em 2012, conforme segue abaixo, ratifica a importância da projeção do Brasil nos processos decisórios dos organismos internacionais, em que se destaca o comando da MINUSTAH para a projeção de sua atuação junto à ONU.

Neste contexto, nota-se que as ações de CIMIC conduzidas pelas tropas brasileiras na MINUSTAH, em conjunto com outras agências governamentais e não governamentais, foram uma preciosa ferramenta para se fomentar a divulgação da participação eficiente e imparcial do Brasil, pois eram ações de cunho social em prol da população haitiana.

Os QIP eram feitos para promover e facilitar o esforço da ONU de apoio à paz no país. Estes contribuíram para a consolidação dos esforços em melhores condições de vida e/ou infraestruturas danificadas, corroborando para a divulgação da importância da missão para a reconstrução do Haiti. Pode-se destacar também o dia do combate à cólera, que foi essencial para o apoio ao combate à epidemia — o que reduziu significativamente os casos no país e repercutiu positivamente a atuação das tropas brasileiras —, e a assistência às crianças carentes haitianas, a qual foi uma atividade que privilegiava a vertente humanitária do trabalho de CIMIC do contingente militar (CORREA NETO, 2013, p.61).

Apesar de a resolução 1542, do Conselho de Segurança, ser baseada no capítulo VII, ou entre o VI e o VII, o que autorizava o emprego da Força, o contexto da assistência humanitária prevaleceu ao longo dos anos, fruto da situação estável na área de seguran-

ça e das condições econômicas e políticas do país, o que proporcionou ao Brasil melhores oportunidades de exercer enlances de cooperação humanitária, tais como em segurança, na infraestrutura, na reorganização do Estado, e na garantia das liberdades democráticas.

Cabe destacar que militares que comandaram o componente militar da MINUSTAH, após a missão, foram designados para desempenhar funções de grande relevância na Organização das Nações Unidas, em especial nos processos decisórios, como o general Santos Cruz, que comandou a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), e o general Paul Cruz, que atualmente chefia o Escritório de Parcerias Estratégicas do Departamento de Operações de Paz da ONU, o que ressalta a projeção do sucesso da missão bem como do Brasil.

Kenkel e Cun (2016) afirmam que, na assistência de diferentes atores na consecução de seus próprios interesses através de instituições multilaterais, o Brasil aumenta sua própria capacidade para influenciar a política internacional, contribuindo para o fortalecimento progressivo das instituições internacionais, a redução das desigualdades globais e construção de consenso comum.

Desta feita, as contribuições do Brasil na MINUSTAH proporcionam experiências e ações muito bem-sucedidas, que têm refletido positivamente na participação do Brasil em missões de paz, junto à Organização das Nações Unidas.

## **Conclusão**

A participação brasileira na MINUSTAH foi uma ferramenta da política exter-

---

na do país, no viés de *soft power*, para projetar o Brasil no cenário internacional, em consonância com os preceitos previstos na PND, atualização de 2012, alicerçados pelos objetivos nacionais de defesa.

Neste contexto, em especial a partir de 2010, após o terremoto, a missão da MINUSTAH alçou um patamar de apoio humanitário do mais alto nível, fruto da demanda por este apoio oriunda das consequências desastrosas no país.

A fim de atender às assistências humanitárias, das quais o povo haitiano estava sedento, a atuação eficiente e eficaz da logística humanitária foi de extrema relevância para o fornecimento de itens mínimos necessários aos sobreviventes, como comida, água e abrigos. Ademais, a reconstrução do país e a segurança foram ações CIMIC, que foram de grande valia para o restabelecimento da ordem naquele país.

Estas ações de CIMIC foram fundamentais como ferramenta de assistência humanitária, pois permitiram o enlace entre as atividades de natureza civil com aquelas que necessitam do apoio dos meios e do pessoal militar; o que recrudescer a essência de uma operação de paz que atua em proveito do bem-estar de uma determinada população. Além disto, estas ações permitiram o desencadeamento oportuno e seguro do fluxo logístico humanitário para que a população carente pudesse ser atendida com maior rapidez e conforto, quer com instalações militares, quer com transportes militares, por exemplo.

Neste contexto humanitário, em especial no Haiti, as tropas brasileiras capacitaram-se para atuar em proveito de outrem, provendo meios materiais e pessoais para o apoio às ações dos organismos envolvidos na assistên-

cia humanitária à população haitiana, com tarefas tanto de natureza militar, quanto civil. A repercussão da atuação das tropas brasileiras e o comando sobre diversas nações de todos os continentes, ao longo dos anos, permitiu a projeção da MINUSTAH no cenário internacional, pela estabilização do país, bem como do Brasil como um país que tem plenas condições de chefiar militarmente uma missão de paz, sob a égide da ONU, corroborando com a assertiva a seguir.

O engajamento robusto com a MINUSTAH parece ter ajudado na demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU — uma ambição de longa data. Além disso, as bem-sucedidas operações táticas realizadas pelo Brasil no Haiti também aumentaram a sua reputação internacional —, destacando o *status* do país como potência regional e como parceiro de confiança [...] (HAMANN, 2015, p. 14)

Para Artifon (2017), a participação do Brasil na MINUSTAH pode ser vista como um marco nas operações de paz, e a maior prova de seu sucesso é a aprovação do fim da MINUSTAH pela ONU, que foi substituída pela Missão da ONU para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). No mesmo ano, do fim da missão, a ONU enviou ao Brasil uma equipe responsável pela avaliação de tropas para novas missões de paz. Isto pode indicar a possibilidade de o Brasil se envolver com outra missão delegada pela ONU após o fim da maior operação militar das Forças Armadas Brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial.

Enfim, a atuação das tropas brasileiras na MINUSTAH, no apoio à logística humanitária, caracterizada principalmente pela eficiência das ações de CIMIC naquele país,



conduzida sob a égide da ONU, impulsionou o cumprimento dos objetivos da missão, previstos em seu mandato, potencializando as capacidades do Brasil na MINUSTAH junto à comunidade internacional, o que incrementou a projeção das Forças Armadas brasileiras no cenário das complexas missões de paz da ONU ao redor do mundo. **REB**

## Referências

ARTIFON, A.L. **A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil**. Artigo publicado no Congresso Acadêmico da Academia Militar das Agulhas Negras. Resende, RJ. 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e atualizada em 2013. Brasília, DF. 2012.

CAVALIERE, Marcelo. **O trato dos Assuntos Civis pelo contingente brasileiro da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti e seus reflexos no Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2011.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL. **Nota de Instrução do Preparo do Contingente Brasileiro para a MINUSTAH**. Rio de Janeiro, RJ. 2011.

DA CRUZ, MAURICIO V. **A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz: uma proposta de preparo do contingente do Exército Brasileiro, em missões de paz sob a égide da ONU, com enfoque na Coordenação Civil-Militar (CIMIC)**. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

DIAS, Alfredo José Ferreira. **A Participação das Forças Armadas no Haiti Pós-terremoto 2010**. Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra. 2011.

HAMANN, E.P. (Org). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Instituto Igarapé. Edição Especial. 2015.

HEASLIP, G., **Challenges of Civil Military Cooperation/Coordination in Humanitarian Relief (Chapter 9), in Relief Supply Chain Management for Disasters: Humanitarian Aid and Emergency Logistics**, IGI Global, Hershey, US. 2011.

HEASLIP, G.; SHARIF, A. M.; ALTHONAYAN, A. **Employing a systems-based perspective to the identification of inter-relationships within humanitarian logistics**. Int. J. Production Economics n. 139, p. 377-392. 2012.

IDRIS, A.; SOH, S. N. C. **The Relative effects of logistics, coordination and human resource on humanitarian aid and disaster relief mission performance**. The South East Asian Journal of Management, v. 8, n. 2, p. 87-103. Out, 2014.

KENKEL K.M.; CUN P. **Brazil as a Rising Power: Intervention Norms and the Contestation of**

---

**Global.** Abingdon/New York: Routledg. 2016.

MARTINS JUNIOR, Isaias. **A Cooperação e Coordenação Civil-militar (C³M) – um enfoque para os Assuntos Civis: O caso Haiti.** 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ. 2008.

NETTO, Bernardo Romão Corrêa. **A Importância da Coordenação Civil-Militar (CIMIC) para o Emprego do Exército Brasileiro em Missões de Paz, com Base na Experiência Brasileira no Haiti.** Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Overview.** Disponível em <[www.un.org/en/sections/about-un/overview/index.html](http://www.un.org/en/sections/about-un/overview/index.html)>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

PAUL, B. & LEVEN, J. Quick Response Report #154. **Emergency support satisfaction among 2001 Hoisington.** Kansas, tornado victims, Natural Hazards Research and Application Information Center, University of Colorado, EUA. 2002.

PAUL, B.K.. Disaster relief efforts: an update, *Progress in Development Studies*. 6(3), p. 211-223. 2006

ROMÃO, C.H. **A Coordenação Civil-Militar (CIMIC) na Força de Paz Brasileira da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) como um dos instrumentos da Política Externa do Brasil para o Haiti, no período pós-terremoto.** Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Política e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2011.

SANTOS, E.; VILLAR, C.; BURGARELLI, E.; **Logística Humanitária: conceitos, relacionamentos e oportunidades.** SIMPOI. 2012.

SILVA, E.P. **A Cooperação Civil-Militar na 2ª Guerra do Golfo: Ensinaamentos para o Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2011.

TOMASINI, R.; WASSENHOVE, L. N. **Humanitarian Logistics.** New York: Palgrave Macmillan. Cap. 1, 4, 5 e 6. 2009.

UNITED NATIONS – United Nations Stabilization Mission in Haiti. 2004. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/>> Acesso em: 05 Out. 2017.

UZIEL E. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG. 2010.

WASSENHOVE, L. N. V. **Humanitarian aid logistics: supply chain management in high gear,** *Journal of the Operational Research Society*. 57(5), p. 475- 489. 2015.

\_\_\_\_\_. Peace Operations Training Institute. **Civil-Military Coordination (CIMIC) Course.** 2008.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.